

Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI

João Santos Nahum

Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA)
e-mail: prof.joaonahum@gmail.com

Cleison Bastos dos Santos

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Professor de Geografia da Rede Pública de Ensino do Pará
e-mail: cleisongeo@gmail.com

Resumo

Enfocamos algumas transformações no espaço rural impulsionadas pela dendeicultura na Amazônia paraense no início do século XXI. Objetivamos mostrar a trajetória da condição espacial de sitiante camponês para agricultor do dendê no município de Moju, precisamente na comunidade do Arauaí a partir da integração de 150 famílias ao projeto de produção de dendê familiar da Agropalma. O universo da pesquisa compõe-se de 44 unidades familiares integrantes dos projetos de dendê familiar I e III da comunidade do Arauaí, que estão integradas ao Grupo Agropalma. Para tanto, revisitamos literatura e legislação concernente ao tema, bem como realizamos trabalho de campo na empresa envolvendo o espaço rural dos municípios de Moju e Acará onde entrevistamos agricultores de dendê, representantes das associações produtoras das comunidades e das empresas integradas a cadeia produtiva, bem como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria de Agricultura.

Palavras-chave: Camponês; agricultor familiar; dendeicultura; Amazônia; rural.

From the peasant ranch to the batch of palm oil: the transformation of rural areas in the Amazon in Pará in the XXI century

Abstract

We focused on some changes in rural areas boosted by palm culture in the Amazon in Pará in the early twenty-first century. We aim to show the trajectory of the space condition of the peasant farmers to oil palm farmers in the municipality of Moju, precisely in the community of Arauaí, from the integration of 150 families to the family project of palm oil production of Agropalma. The research universe consists of 44 family units from family members of the palm oil projects I and III of the community of Arauaí, which are integrated into the Agropalma Group. For this purpose, we revisit literature and legislation concerning the subject and conducted field work in the company involving the rural areas of the municipalities of Moju and Acará, where we interviewed farmers of oil palm, representatives of producer associations of the communities and companies integrated into the production chain, as well as the Enterprise of Technical Assistance and Rural Extension of Pará (EMATER), Union of Rural Workers and the Department of Agriculture.

Keywords: Peasant; family farmer; palm culture; Amazon; rural.

De la ferme paysanne au lopin de palmier à huile: transformations de l'espace rural dans l'Amazonie du Pará au XXIème

Résumé

Cet article prend comme focus les transformations dans l'espace rural poussé par la cultivation du palmier à huile dans l'État du Pará dans l'Amazonie au début du XXIème siècle. L'objectif est montrer la trajectoire de la condition espaciale des paysans vers la cultivation intégré à l'agroindustrie du palmier à huile dans le municipe de Moju, dans la communauté Arauaí, a partir la integration de 150 familles au projec de production familiale de la palme a huile de l'entreprise Agropalma. L'univers de la recherche est composé de 44 unités familiales integrés aux projet d'huile de palme familier I et III de la comunnauté Arauaí qui sont ratachés au Groupe Agropalma. Pour celà, il a été lu la production scientifique et la legislation qui concerne à cette thème, ainsi comme on a realisé des travaux de terrain dans cette entreprise dans l'espace rural des municipalités de Moju et Acará où ont été enqueté des agriculteurs cultivateur des palmes à huile, des representants des associations des producteurs dans les communautés et des entreprises integrés à la chaine de production, bien que des techniciens de l'Entreprise d'Assistance Technique et Vulgarisation rurale d'État du Pará (EMATER) et membres du Syndicat des Travailleurs Ruraux et Secretariat de l'Agriculture.

Mots-clés: Paysan; agriculteur familier; cultivation de palme à huile; Amazonie; rural.

Introdução

Enfocamos algumas transformações no espaço rural impulsionadas pela dendeicultura na Amazônia paraense no início do século XXI. Objetivamos mostrar a trajetória da condição espacial de sitiante camponês para agricultor do dendê no município de Moju a partir de 2002, exemplificada na integração de 150 famílias ao projeto de produção de dendê familiar da Agropalma. Desde então vimos alterações na paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social do lugar derivadas da associação do sitiante camponês aos projetos de dendê.

Para tanto, revisitamos literatura e legislação concernentes ao tema, bem como realizamos trabalho de campo no espaço rural dos municípios de Moju e Acará onde entrevistamos agricultores de dendê, representantes das associações produtoras das comunidades e das empresas integradas a cadeia produtiva, bem como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria de Agricultura.

Na constelação de empresas, contratos e unidades produtoras familiares de dendê, privilegiamos a experiência do Grupo Agropalma, por ser pioneira, com 14 anos de atuação e consistente enraizamento e abrangência no meio rural; sendo protótipo para os projetos de empresas como Marborges S.A, Biopalma S.A e Belém Brasil Bioenergia S.A. Coletamos dados e realizamos entrevistas com vistas a identificar traços da situação geográfica anterior aos projetos de integração do dendê, notadamente do sítio camponês. Igualmente para

reconstituir as transformações de sitiante para produtor do dendê. O universo da pesquisa compõe-se de 44 unidades familiares integrantes dos projetos de dendê familiar I e III da comunidade do Arauaí, que estão integradas ao Grupo Agropalma. Pesquisamos 23 famílias na comunidade do Arauaí, 3 na Soledade, 3 no Curuperé, 3 no São José, 3 no São Vicente, 3 em Água Branca, 3 no Apeí e 3 no Sagrado Coração de Jesus. A todos nosso profundo agradecimento por nos receberem e dialogarem conosco.

Do sítio camponês

Há dois trajetos para se chegar até a comunidade do Arauaí partindo da cidade de Moju. O primeiro caminho é seguir na direção sul da rodovia PA-150 até a portaria da empresa CRAI – Companhia Real Agroindustrial S.A, uma das empresas do Grupo Agropalma, localizada no km 75 da PA-150, no município de Tailândia. Adentrando a portaria, e seguindo a estrada do CRAI, passamos por um labirinto de dendezaís até chegar na segunda portaria, agora em terras mojuense. Percorrendo mais 7 km, na estrada do CRAI, encontramos uma bifurcação. Para a direita chega-se ao porto do CRAI, na margem esquerda do rio Moju; para a esquerda, passando o Projeto III, estamos na direção da comunidade do Arauaí. No total percorre-se aproximadamente 89 km da cidade de Moju até a comunidade do Arauaí, no Alto rio Moju. O segundo caminho é seguir a rodovia PA-150 até a altura do km 110 e em seguida adentrar no ramal ou vicinal do Parola. Da entrada da vicinal até a comunidade do Arauaí percorre-se em torno de 52 km de estrada de chão batido e normalmente em condições precárias de trafegabilidade. Comparado ao primeiro este caminho é o mais longo, quase 163 km.

A comunidade do Arauaí está na região do Alto Moju, que corresponde a 64% da área do município de Moju. Em setembro de 1998 a Revista Globo Rural mostrou que sua história se confunde com a da família de Sebastião Lobato do Nascimento, o Seu Sabá, que ali chegou em 1940. Pioneiro na ocupação do Igarapé Arauaí, abriu uma clareira na mata, plantou roça, edificou uma casa ampla de madeira e constituiu uma família numerosa. Dez filhos, seis homens e quatro mulheres, todos alimentados com a fartura da caça, da pesca e dos frutos da terra (Revista Globo Rural, 1998). A reportagem informa que,

A família de Sabá [Sebastião Nascimento] detém a posse de 350 hectares de terras contíguas, margeando o igarapé (Arauaí). No total, são sete lotes de 500 metros de frente por 1.000 de comprimento, que ainda estão à espera de registro de propriedade. A principal fonte de renda da família é a produção de farinha de mandioca, normalmente entregue aos marreteiros – atravessadores ambulantes que comerciam nos rios da Amazônia. O preço anda por volta de 10 reais a saca de 60 quilos. “Se colocarmos tudo na ponta do lápis, podemos concluir que o esforço não compensa. Mas não há alternativa”, diz Benedita Almeida do Nascimento, a Bena, uma das filhas de seu Sabá. (Revista Globo Rural, 1998).

Para além das narrativas da família pioneira e fundadora, a trajetória de Seu Sabá expressa a condição espacial camponesa construída na formação territorial e rural brasileira desde a apropriação pelo colonizador das terras tupiniquins e a imposição da atividade de cultivar, criar e produzir para fins de mercado. Dentre as tarefas fundamentais da empresa colonial colocou-se a camponização, isto é, produção do campo e do camponês em lugares onde não havia sociedades e comunidades camponesas, somente povos e nações denominados genericamente “indígenas” pelo colonizador. Isto significa incluir a propriedade da terra na reprodução ampliada do capital.

A produção espacial do campo é imprescindível à dinâmica sócio-espacial rentista brasileira que tem no monopólio da posse da terra o seu núcleo estruturador (Melo, 1982). Neste espaço se reproduzem dialeticamente relações sociais de produção que permitem a empresa capitalista agroexportadora monopolizar as melhores terras, maiores linhas de créditos, incentivos fiscais e infraestrutura; restando à pequena produção familiar as demais áreas, frequentemente distantes das cidades, cuja cultura popular denomina de sítios, lugares de vida e trabalho construído por homens livres, alforriados, aquilombados, dentre outros tantos (Holanda, 1995; Prado Júnior, 1987; Furtado, 2007).

A composição dos grupos que habitam o campo, bem como a distribuição dos sítios explica-se pela economia política do espaço, que impossibilita parte da população de habitar o centro da cidade, nem mesmo na periferia, restando-lhe os lugares onde a terra ainda não era mercadoria ou que pudessem usar até aparecer “seu dono legal”, além das áreas concedidas pelo Estado para fomentar os projetos de colonização do campo. Nesses espaços de esperança, onde o viver e o trabalhar são inseparáveis, erguem-se os sítios. Lugares vivificados por grupos sociais que cultivam, criam, produzem e extraem usando a terra como principal meio de produção e reprodução de sua condição de existência. Para tanto, relacionam-se com parentes, vizinhança, mercado, igreja, instituições públicas e estatais (Hébette, Magalhães, Maneschy, 2002), dentre outras que lhe permitam acesso à bens, produtos, serviços e força de trabalho, possibilitando sua reprodução espacial. Lugares imersos na precariedade estrutural, cuja configuração espacial é marcada pelo difícil acesso aos sistemas de transporte, informação e comunicação, bem como a serviços de saúde, educação, eletrificação, água potável e tratamento de esgoto, dentre outros tantos (DIEESE, MDA, 2011); sinônimos de pobreza e território deprimido (Ortega, 2008), onde se encontram os mais baixos índices de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), onde a cidadania resume-se a votar.

Na formação territorial brasileira os moradores desses lugares, até a primeira metade do século XX, eram chamados regional e localmente de pobre, caboclo, ribeirinho, caiçara, caipira, matuto, colono, agricultor, lavrador, roceiro, dentre outros (Martins, 1995).

Palacios (1993) nota que até a segunda metade da década de 1950 tudo, menos “camponês”, era usado para denominar o pequeno produtor agrícola de gêneros de subsistência: “matuto”, “caipira”, “homem do campo”, “rurícola”, “colono”, “lavrador”, “agricultor de subsistência” — até o mais recente e desenvolvimentista “produtor de baixa renda” (PALACIOS, 1993, p.41). Entendemos tal como Medeiros (1989) que a ação político partidária atribui um papel e propósito a esses grupos sociais dentro da formação sócio-espacial capitalista brasileira e nasce o camponês enquanto classe social e categoria política crítica da estrutura agrária fundada na dicotomia entre uso e posse da terra.

Na região amazônica os processos políticos e econômicos de interdição dos camponeses ao acesso à terra englobam as margens das densas e numerosas bacias hidrográficas. Na formação territorial e rural amazônica desde a fundação de Belém, em 1616, até a Operação Amazônia, em 1966, as cidades nasceram às margens dos rios e o urbano forma-se na margem onde a acumulação e reprodução do capital são mais densas e rápidas; espaço popularmente conhecido por beira. O ribeirinho, por sua vez, habita a outra margem do rio, de onde apenas vê as luzes da cidade e os que migram para cidade se distribuem pelo espaço popularmente conhecido por centro do continente, afastado da vida urbana. A economia política do espaço revela a condição espacial camponesa, explica o porquê de camponeses viverem na outra margem do rio ou mesmo no centro, bem como ajuda-nos a entender a natureza da paisagem, da configuração espacial, da dinâmica social, enfim do espaço habitado. Estamos diante de territorialidade de grupos que historicamente usam a terra que lhes sobrou para usar, isto é, usam a terra que não escolheram. Territorialidade enquanto pertencer àquilo que nos pertence (Santos; Silveira, 2001).

A comunidade camponesa do Arauaí era composta de aproximadamente 100 famílias. Apesar da caça, da pesca, do extrativismo vegetal e a extração de madeira era o trabalho nos roçados de mandioca que formavam a base da cultura, da dieta e do cultivo agrícola do sítio camponês no alto Moju. Os sítios manifestam a unicidade entre terra de vida e terra de trabalho, morfologia social de um modo de vida cuja reprodução social não objetiva o lucro e a acumulação do capital. Nele a habitação, o quintal, a casa de farinha, árvores frutíferas, o curral, o poço, o roçado e o trabalho são ritmados pelos ciclos de vida do reino vegetal, mineral e animal, enfim de espaços de vida com finalidades diferentes, distinguindo-se mato, capoeira, chão de roça, pasto, casa de farinha, casa e quintal. A configuração espacial desse lugar expressa um conjunto de saberes e fazeres imprescindíveis à reprodução camponesa, tal como enuncia Woortmann (1981).

A espacialidade camponesa no Arauaí tinha fortes traços do meio natural, onde a ação humana sobre a terra ainda é mediada por objetos técnicos que não permitem edificar sistemas técnicos adrede ao espaço (Santos, 2006); resumia-se a um conjunto de ferramentas extensivas do corpo humano e animal, potencializando a força física do

trabalho. No sítio camponês vive-se e trabalha-se no mesmo lugar. Os objetos geográficos da configuração espacial, bem como a divisão familiar do trabalho expressam uma condição espacial onde não há separação entre o viver e o trabalhar.

No sítio era costume comum (Thompson, 2010) atribuir à mulher o governo da casa, ou seja, um movimento inverso, de fora para dentro, trazendo para a casa os produtos da roça transformados em mantimento, em comida para o consumo da família (Woortmann; Woortmann, 1997). Nesse cotidiano as mulheres se revezam entre o trabalho da roça e da casa. Na roça, trabalham nas fases de plantio e na colheita; em casa são responsáveis pelas tarefas domésticas, criação dos filhos e cuidado com a chamada cria miúda, os animais de pequeno porte. Movimentando-se entre os espaços da roça e do lar, a mulher executa ainda um trabalho invisível de inumeráveis atividades reconhecidas como ajuda. O trabalho fora da casa é considerado complementar, menos importante, não são consideradas laborais e, sim, complementares. “As tarefas que pertencem ao roçado, quando efetuadas por elementos femininos, perdem o caráter de trabalho” (HEREDIA, 1979, p. 81).

O roçado é a parte da configuração espacial do sítio onde a terra é usada como principal meio de produção e as diferentes atividades são distribuídas pelo pai de família. Executam-se os trabalhos de brocação, derruba, queima, encoivamento, plantio, colheita e, por fim, o processamento nas casas de fabricação de farinha, que consiste em fazer farinha e subprodutos (tucupi e goma para tapioca). No Aruaí ainda hoje são produzidos o roçado de verão e o roçado do inverno para o consumo familiar e venda, numa espécie de poupança a que recorre durante o ano todo. Estruturados em torno da cultura da mandioca, cultiva-se também o arroz, o jerimum, a melancia, o feijão, o milho e a mandioca, dentre outras. No roçado de verão o plantio é realizado de junho a novembro, coincidindo com o período mais seco na região amazônica; no caso do roçado de inverno planta-se no período chuvoso. O trabalho familiar é ritmado pelos ciclos naturais, começa quando a natureza dá sinais do chamado verão ou inverno amazônico.

As capinas, feitas aproximadamente um mês após o plantio, controlavam as ervas daninhas. Depois dessas atividades realiza-se a colheita do arroz e do milho, retiram-se as raízes da mandioca, aproximadamente de acordo com as necessidades de consumo e comercialização. Agrega-se valor à mandica transformando-a em farinha; para tanto o tubérculo é transportado ao retiro por rústicas carroças puxadas por boi, búfalo, cavalo ou nas costas do produtor em um cesto de embira suspenso por alça passada à volta da cabeça, chamado de aturá. No retiro a fabricação de farinha é artesanal. Iniciada a colheita, a mandioca deve ser processada num prazo máximo de 36 horas, por conta da fermentação do tubérculo.

Toda produção é reprodução (Marx, 2011) assim, a intensidade, a organização e a finalidade do trabalho na terra são determinadas pelas demandas necessárias à reprodução social e espacial da unidade familiar; em função destas insere-se a unidade familiar nos circuitos de produção e comercialização, dialogando com o mercado (Chayanov, 1981). O trabalho é construído, em sua maioria, em regime de mutirão. Para Cândido (1987), o mutirão

consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente, os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão de obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal (CÂNDIDO, 1987, p. 68).

O mutirão expressa a solidariedade orgânica da condição camponesa na esfera do trabalho e da vida, estratégia de sobrevivência e, ao mesmo tempo, de sociabilidade para reprodução da vida cotidiana, sobretudo na ausência de políticas de Estado que tenham como ponto de partida e objeto as demandas dos camponeses. Desse modo, a caça, a pesca, a coleta de produtos florestais, o roçado de mandioca consorciado com o milho, o arroz, o jerimum, o retiro, a produção de farinha, o trabalho familiar manual e mútuo constituíam-se nas principais atividades econômicas e formas de reprodução social dos moradores da região do Alto Moju.

No sítio camponês as áreas dos roçados das famílias do Arauaí antes da chegada do projeto de dendê eram em média de 8 a 20 tarefas¹, correspondendo a 2,4 a 6 hectares. Espaço cultivado em média por um ano e, dependendo da necessidade de cada família, fica em pousio por 4 a 6 anos, para recuperação da fertilidade da terra. **O quadro 1** apresenta uma aproximação do calendário agrícola dos camponeses que trabalham com a lavoura branca. Aqui, restringimo-nos apenas à lavoura branca. Neste não consta o tempo e trabalho dedicados às atividades desenvolvidas com o açaizeiro, o cupuaçuzeiro, dentre outros. Segundo informações dos camponeses, a roça de verão possui características diferentes da roça de inverno.

O roçado de verão é 50% menor que o do inverno. Nele planta-se milho, mas os camponeses priorizam a mandioca. Este roçado, em geral, é feito em capoeira fina, o que diminui a incidência de plantas invasoras. O calendário é flexível, encontramos camponeses que preferem iniciar seu roçado de verão, por exemplo, no mês de abril; outros, no mês de maio. O mesmo ocorre com o plantio de inverno: muitos plantam em dezembro, outros em

¹ Dados da pesquisa, 2014.

janeiro. Já a produção da farinha durante o ano todo. Montamos o calendário baseado em informações do trabalho de campo.

Quadro 1 – Calendário agrícola da lavoura branca-2016

Mês	Atividade	
	1º ano	2º ano (1)
Janeiro		Segunda capina do roçado de verão.
Fevereiro		Primeira capina do roçado de inverno.
Março		
Abril	Broca e derruba-roçado de verão	Tratos culturais do roçado de milho de inverno.
Maio		
Junho	Plantio de milho e mandioca.	Tratos culturais da mandioca de verão.
Julho	Primeira capina	Segunda capina do roçado de inverno
Agosto	Broca- roçado de inverno.	
Setembro	Broca e derruba do roçado de inverno	
Outubro	Tratos culturais do milho; queima do roçado de inverno.	
Novembro	Queima e coivara do roçado de inverno	
Dezembro	Plantio de milho, arroz e mandioca.	Tratos culturais do roçado de inverno.

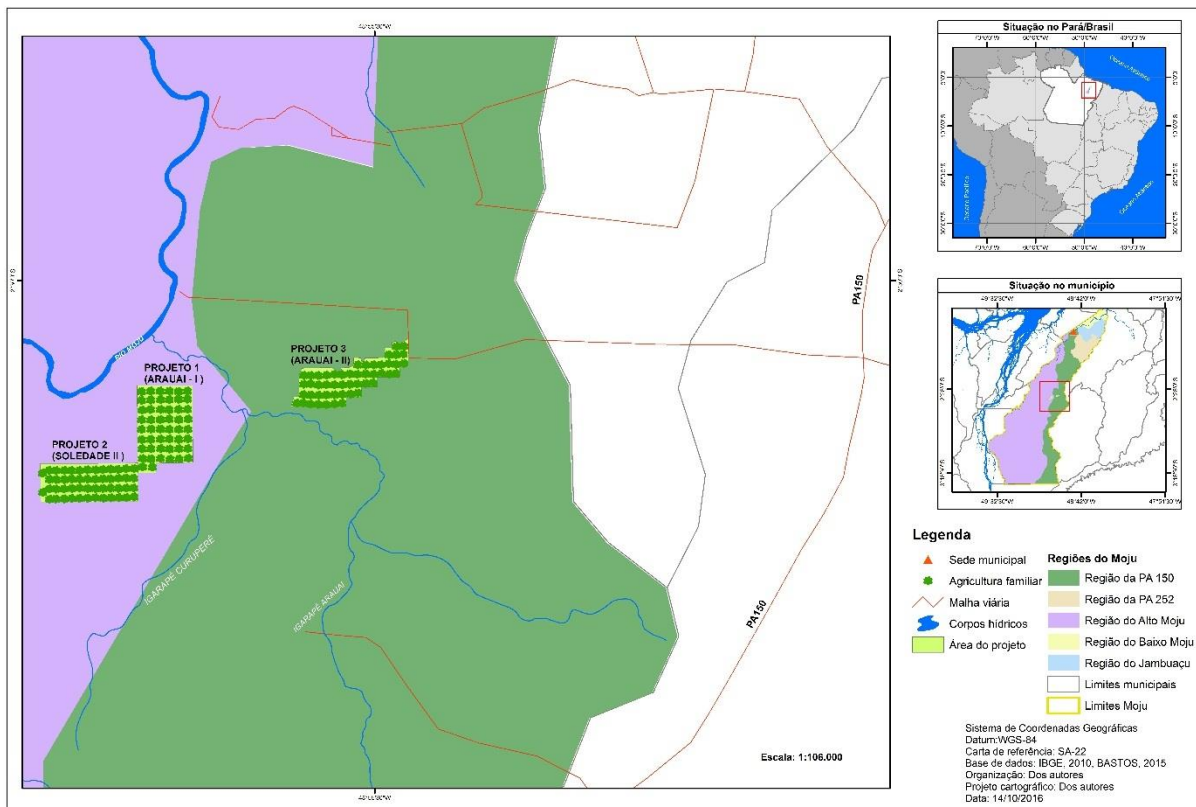
(1)-Processamento da farinha que se estende por todo ano e consiste de arrancar mandioca/rapagem/molho/trituração/prensagem/peneiragem/torração/empacotamento/comercialização.

Fonte: Dados organizados pelos autores a partir de trabalho de campo.

A unidade produtiva camponesa integra-se ao mercado por meio da produção mercantil simples, representada pelo circuito M^a-D-M^0 , onde a produção da mercadoria genericamente denominada M^a constitui um meio para se obtenção de D (dinheiro), valor de troca universal, que lhe permite adquirir a mercadoria M^0 . Na composição do preço do produto camponês não entra mais-valia e lucro, pois este não é produzido com base em trabalho assalariado, tampouco seu propósito é a reprodução do capital. Mas o mercado, enquanto esfera da troca de mercadorias é o reino da alienação e da fetichização, onde as relações entre pessoas apresentam-se como relação entre coisas (Marx, 2004). Por conseguinte, a mercadoria adquirida pelo camponês contém preço de mercado, onde, dentre outras coisas, se considera capital fixo, capital variável e lucro. Portanto, a economia camponesa relaciona-se desigualmente com o mercado na medida em que produz a preço de custo e compra à preço de mercado (Vergés, 2011). Acrescente-se o fato que a mercadoria produzida no Arauaí chega ao comércio local e regional por meio dos atravessadores, os popularmente marreteiros. Por conta das distâncias e da precariedade de acesso às localidades rurais da região os atravessadores são os responsáveis pelo escoamento da produção camponesa. Os que não entregam sua produção aos marreteiros escoam-na por meio dos transportes coletivos que passam na vila em direção às feiras da cidade.

Ao lote de dendê

Na Amazônia paraense os primeiros projetos de produção de dendê vinculados com os pequenos agricultores foram elaborados no âmbito do projeto Novo Pará pelo governador Almir Gabriel, em 2000, e pelo interesse do Grupo Agropalma. Os projetos seguintes decorreram das políticas do governo federal, sobretudo, com a chegada do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), em 2004, e pelo Programa Sustentável de Óleo de Palma, em 2010. Tendo por base os dados do Banco da Amazônia S/A, de 2010 até maio de 2016 foram celebrados 1.137 contratos com agricultores dos municípios de Acará, Aurora do Pará, Baião, Bujaru, Cametá, Castanhal, Concórdia do Pará, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Igarapé-açu, Irituia, Mãe do rio, Mocajuba, Moju, São Domingos do Capim, Tailândia e Tomé-açu. Contratos de produção de dendê entre unidades familiares e Agropalma, Biopalma, Marborges, Archer Daniels Midland Company (ADM), dentre outras empresas. De modo que no período de 2002 a 2005 temos ações políticas desencadeadoras de alterações nos usos da terra na comunidade do Arauaí, a chegada do Projeto Agricultura Familiar com Cultura de Dendê. Tal como um evento (Nahum; Santos, 2015), em 2002, o Projeto I, também conhecido como Arauaí I, e, em 2005, o Projeto III (ou Arauaí II) foram pioneiros na difusão da agricultura familiar voltada à cultura do dendê no território brasileiro (**figura 1**).

Figura 1 – Projetos de agricultura familiar da Agropalma-2016

Fonte: Trabalho de campo.

Os projetos I e III integram a ADCRA – Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal do Arauaí, criada em 2001 e constituída por 100 associados que ocupam os lotes com número de 1 a 50 (Projeto I) e 101 a 150 (Projeto III). Os agricultores dos lotes 51 a 100 pertencem ao Projeto II e formam a Associação do Desenvolvimento Comunitário da Soledade. Em 2012, entraram cinco novos plantios localizados próximos ao Projeto I. Os camponeses dos projetos I, II e III são residentes das comunidades do Arauaí, Soledade, Curuperé, São José, São Vicente, Água Branca, Apeí e Sagrado Coração de Jesus. Esses projetos constam na planilha da empresa, porém, até o atual momento, nenhum está associado à ADCRA.

O Estado concede aos sítiantes lotes para a realização do projeto. Desse modo:

O governo do estado do Pará através do Decreto nº 1.198, de 23 de agosto de 2004, em seu Art. 1º, considerando entre outras coisas, que compete ao Poder Público estimular os empreendimentos idôneos e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, reserva à Associação do Desenvolvimento Econômico do Ramal do Arauaí, uma área de terras medindo 2.714ha 23a e 96ca (dois mil e catorze hectares, vinte e três ares e noventa e seis centiares). No Art. 2º diz que “a área de terras previstas no Art. 1º não poderá ser objeto de qualquer operação que importe na sua transferência a terceiros, sob qualquer hipótese”, portanto a área foi doada à Associação, sendo que cada lote seria “arrendado” as famílias

participantes do projeto para utilizarem 10 hectares com dendê (PINTO et al., 2009, p. 32).

O projeto Agricultura Familiar com Cultura de Dendê foi pensado de maneira que a família recebesse um lote de 10 hectares, onde seriam introduzidas 160 plantas por hectare, totalizando 1.600 plantas no lote com 10 hectares; e mais dois hectares, destinados um para construção de estrada e outro para plantio de subsistência. Mas a área planejada para a subsistência não foi mais incentivada pela empresa, o que causou desconfiança nos agricultores, porque a família estaria envolvida no preparo dos lotes e o dendê só começa produzir no terceiro ano. Sendo assim, os produtores não sabiam de onde viria o sustento da família no período de implantação e consolidação do projeto. A desconfiança foi dissipada com o crédito viabilizado pelo Banco da Amazônia. “Foi garantido aos participantes do projeto o valor de dois salários mínimos – no período R\$ 160,00 – a cada dois meses durante os três primeiros anos, período em que o dendê não produz, como forma de manter o sustento da atividade até o início da produção dos cachos” (PINTO et al., 2009, p. 32).

A palmeira africana foi plantada nos lotes em “sistema solteiro (sem consorciação), utilizando o espaço em triângulo equilátero com 8,5m entre plantas, em solo com textura areno-argilosa, plano e de baixa fertilidade natural” (SANTOS et al., 2014, p. 15-16). Nos projetos atuais, o espaçamento entre as palmeiras é de 9m por 9m, sendo que cada hectare abriga 143 plantas, totalizando 1.430 plantas em 10 hectares. O agricultor do dendê celebra um contrato de parceria com o Grupo Agropalma, também denominados contratos de integração, onde são definidas responsabilidades, direitos e deveres entre dois contratantes (a empresa integrada e o produtor integrado) em condições de igualdade (Belato, 1985).

O Grupo Agropalma participa do projeto comercializando insumos e infraestrutura inicial, bem como assistência técnica; e, por meio de contrato, compromete-se por um período de 25 anos a comprar os frutos frescos colhidos do agricultor, tempo economicamente útil do dendezeiro, fixando o valor em 10% do preço Free On Board (FOB) do óleo bruto no porto de Roterdã. Ainda financia os fertilizantes utilizados pelos agricultores num total de R\$ 7.000,00 ao ano, sendo descontados 25%, desse valor no que o agricultor tem a receber da matéria-prima entregue à empresa; ainda são descontados 25% do valor do cultivo do agricultor para ressarcimento do financiamento bancário, introduzido para reduzir o risco de inadimplência do financiamento. Para o agricultor do dendê o Estado cria a linha de crédito do PRONAF Eco. Segundo dados fornecidos pela Coordenadoria de Sistema de Crédito de Fomento do Banco da Amazônia S/A, de 2013 a 2015, no estado do Pará foram firmados 610 contratos, envolvendo uma área de 5.817,50 hectares, distribuídos por 16 municípios, totalizando os valores de 44.314.854,20 reais.

As responsabilidades dos produtores são basicamente a venda dos frutos produzidos para a empresa durante os 25 anos estabelecidos no contrato; e os tratamentos culturais, ou seja, a gestão do plantio. Os três anos iniciais do plantio exigem cuidados intensivos como, por exemplo, o coroamento (rebaixo) uma vez por ano, que consiste em eliminar a vegetação que circunda a palma, evitando a competição com as mesmas; a podagem, isto é, a retirada de folhas não saudáveis ou danificadas na planta uma vez por ano; a adubação duas vezes ao ano por conta da especificidade do solo amazônico e a aplicação de herbicida uma vez ao ano para as prevenções e os combates das pragas e outras doenças que acometem o dendezeiro (Müller, 1980).

O período de colheita do fruto é em média de 17 dias de trabalho por mês, visto que a palma de dendê produz todos os meses do ano, tendo uma diminuição de produtividade no período do verão. Aos produtores que conseguem boa gestão dos plantios é acrescida 8% sobre o valor pago pela tonelada, como uma espécie de bônus. Os agricultores que atrasarem a colheita por 60 dias, em mais de 12 meses as atividades de poda e roçagem ou por mais de 30 dias a atividade de adubação, poderão ter seu contrato cancelado (Alves; Cardoso, 2008). O Projeto Agricultura Familiar com Cultura de Dendê está separado das propriedades dos sítios camponeses, assim a jornada de trabalho é dividida entre o manejo dos lotes e o roçado (**Quadro 2**).

Quadro 2 – Calendário agrícola da lavoura branca e da cultura do dendê

Mês	Atividade	
	1º ano	2º ano (1)
Janeiro	Trab. dendê: Adubação, coroamento, fitossanidade, colheita.	Segunda capina do roçado de verão.
Fevereiro	Trab. Dendê: Rebaixo, fitossanidade, colheita.	Primeira capina do roçado de inverno.
Março	Trab. Dendê: fitossanidade e colheita.	
Abril	Ativ. Lavoura: Broca e derruba-roçado de verão; Trab. Dendê: fitossanidade e colheita.	Tratos culturais do roçado de milho de inverno.
Maio	Trab. Dendê: fitossanidade e colheita.	
Junho	Ativ. Lavoura: Plantio de milho e maniva. Trab. Dendê: adubo, coroamento, fitossanidade e colheita.	Tratos culturais da mandioca de verão.
Julho	Ativ. Lavoura: Primeira capina Trab. Dendê: poda, fitossanidade e colheita.	Segunda capina do roçado de inverno
Agosto	Ativ. Lavoura: Broca- roçado de inverno. Trab. Dendê: rebaixo, fitossanidade e colheita.	
Setembro	Ativ. Lavoura: Broca e derruba do roçado de inverno Trab. Dendê: fitossanidade e colheita	
Outubro	Ativ. Lavoura: Tratos culturais do milho; queima do roçado de inverno. Trab. Dendê: fitossanidade e colheita	
Novembro	Ativ. Lavoura: Queima e coivara do roçado de inverno	

Trab. Dendê: fitosanidade e colheita		
Dezembr o	Ativ. Lavoura: Plantio de milho, arroz e maniva. Trab. Dendê: adubo, fitosanidade e colheita	Tratos culturais do roçado de inverno.
(1)Processamento mandioca/rapagem/molho/trituração/prensagem/peneiragem/torração/empacotamento/comercialização.	da	farinha: arrancar

Fonte: Dados organizados pelos autores a partir de trabalho de campo.

Desde então, dos sitiantes camponeses do Arauaí e outras localidades, que viviam em função dos produtos da terra, do roçado da mandioca e, sobretudo, da produção de farinha de mesa, adentraram em uma nova dinâmica, um novo ritmo, ditado agora pela cadeia produtiva do dendê. Nas unidades familiares integradas a distribuição do trabalho e das culturas indica o quanto a dendeicultura alterou a condição camponesa. Constatamos que dos 44 agricultores pesquisados 32% não possuem mais unidade produtiva tal como descrevemos na primeira parte do texto, venderam suas terras e construíram moradia na Vila do Arauaí e vivem exclusivamente do trabalho no lote; 25% dos agricultores do dendê possuem propriedades que variam de 10 a 20 hectares; 18% delas estão entre 21 a 30 hectares; 9% com 31 a 40 hectares; 7% têm de 41 a 50 hectares; 3% têm entre 61 a 70 hectares; 2%, com 81 a 90 hectares; 2%, de 121 a 130 hectares; e 2%, com 141 a 150 hectares.

As dimensões da área do roçado variam entre 1 a 4 hectares para 70% dos agricultores do dendê; e de 5 a 8 hectares para 20% deles; 9 a 12 hectares para 3% produtores; e 17 a 20 hectares para 7% dos entrevistados. Estes últimos representam casos raros na comunidade, pois essas dimensões são superiores até mesmo ao tamanho dos roçados que existiam antes da chegada dos projetos (2002-2005), que eram de 8 a 20 hectares. Mas a média das lavouras permanece entre 4 e 8 hectares, ou seja, de 1,2 a 6 tarefas.

A composição de 45% das famílias dos agricultores é de 4 a 6 pessoas; 41% dos entrevistados têm família com 1 a 3 pessoas e 14% deles têm 7 ou mais membros. A maioria das famílias entrevistadas é numerosa (acima de quatro membros). De modo que os projetos de integração do agricultor camponês ao dendê foram pensados no sentido de utilizar mão-de-obra da unidade familiar. A intensidade e diversidade do trabalho logo revelou a necessidade de buscar força de trabalho exterior ao núcleo familiar. Verificamos em trabalho de campo que 70% da força de trabalho utilizada nos roçados dos agricultores provem da família e 30% dos entrevistados contratam força de trabalho do consórcio de mão de obra.

O cumprimento dos contratos de integração, mantendo quantidade e qualidade da produção, não seria possível sem a contratação de força de trabalho extrafamiliar. No entanto, quem se responsabiliza pelo plano de saúde, auxílio transporte, auxílio

alimentação, trinta dias de férias, décimo terceiro salário, licença a maternidade e paternidade, descanso semanal, abono família, dentre outros, direitos trabalhistas? A empresa? A unidade produtora? Nenhum nem outro. Mas o consórcio de mão de obra. Espécie de empresa prestadora de serviços para o agricultor do dendê. Assim, a Agropalma não se responsabiliza juridicamente com a força de trabalho do agricultor integrado, bem como de seu contratado. Estamos diante de uma estratégia empresarial para enfrentar o que um diretor de sustentabilidade da Agropalma classifica de “custo Brasil” na produção da palma: a “Legislação trabalhista arcaica e onerosa, difícil de ser cumprida por pequenos produtores” (BRITO, 2014). Afirma o executivo que o custo do trabalhador brasileiro com a palma é de 13.929 US\$ ano, mais caro que um colombiano 10.250; malásio 6.135; papuásio 4.131; ganense 3.520 e que o indonésio 2.686. Um diretor de outra empresa do dendê, por nós entrevistado, reclama “que a empresa ao contratar um trabalhador, por conta dos encargos trabalhistas, arca com o custo é de três” (Entrevistado 1). Assim, por meio do consórcio, a Agropalma aparece como responsável socialmente diante de um mercado mundial. Mercado que exige a observância a vários protocolos ambientais, legais, sociais, dentre outros, para a empresa adquirir certificações internacionais. Mas a reprodução das relações de produção no dendê é objeto de outro artigo no prelo.

As atividades desenvolvidas nos lotes dos agricultores associados aos Projetos I e III da ADCRA (Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí) distribuem-se ao longo dos 12 meses do ano. Os agricultores integrados ao Grupo Agropalma devem seguir integralmente o calendário anual elaborado pela empresa, que fixa as atividades e os dias das tarefas no lote. Nas palavras de um de nossos entrevistados “o meu horário de trabalho é de 6:30h até as 11:00h, que é o intervalo do almoço, e volto depois das 12:00h até às 14:00h, 15:00h. Eu chego a cortar até 250 cachos até 11:00h [que é a média que o trabalhador tem que cortar], se eu quiser ir pra casa eu vou, senão, o resto que eu corto é produção (Entrevistado 2). A jornada e o ritmo de trabalho no dendezal são regidos pelo número de plantas, não é o tempo cronológico, mas a quantificação do trabalho, ou seja, pela quantidade de cachos, podas, pés dentre outros.

Em relação ao calendário de cortes dos cachos, ouvimos relatos de um agricultor do Projeto I assinalando o grau de subordinação daqueles submetidos aos contratos de integração com a agroindústria do dendê. Assim ele diz:

Inicialmente, o corte era feito duas vezes no mês, depois a empresa disse que tinha que ser três vezes no mês, mas como estava acostumado em cortar duas, eu continuei (...), mas o que aconteceu foi que a empresa não aceitou (...) e até hoje ela não me pagou a minha produção, mas ela tem que pagar (Entrevistado 3).

Quanto a força de trabalho no lote de dendê verificamos que dos 44 entrevistados, 4 (ou 9%) contratam regularmente os serviços do consórcio; 22 (ou 50%) delas usam eventualmente os serviços desta empresa; 17 (ou 39%) utilizam exclusivamente mão-de-obra familiar, ainda que periodicamente recorram às trocas de dias de trabalho com vizinhos de lote ou de outro projeto, e uma família (2%) recorre ao trabalho assalariado com carteira assinada fora do consórcio. Portanto, nos lotes com dendê o agricultor necessita de força de trabalho extrafamiliar para dar conta das tarefas diárias.

As ruas 1 e 2 desse projeto concentram o maior número de produtores que contratam os serviços do consórcio, aproximadamente 10 famílias. Essas famílias não têm pessoas suficientes para trabalhar no lote. Em entrevista, um deles relata: “o consórcio foi também criado para ajudar as famílias que possuem, muitas das vezes, apenas um membro trabalhando no lote, o pai” (Entrevistado 4).

Dentre os entrevistados 23 famílias dependem totalmente do consórcio. Isto é, as atividades de poda, rebaixo, adubação, coroamento, corte e carregamento do fruto são executadas pelo consórcio. Tais famílias comportam-se como empresárias do dendê, contratam força de trabalho e não se envolvem diretamente com as tarefas do lote; elas ainda possuem roçados, terrenos, criações e não perderam o vínculo com a terra. Destas, 13 famílias, segundo informações dos entrevistados, sequer residem mais na região do Alto Moju; não há mais predominância do trabalho e gestão da família na unidade. Sendo assim, não raciocinam mais como camponeses. A terra, desse modo, não é mais voltada para a reprodução da unidade camponesa, mas, sim, para o acúmulo de lucros da empresa. Aqui, não visualizamos mais a presença de um camponês, de uma identidade camponesa ou de uma condição camponesa.

O trabalho no dendê é intenso. No Projeto III, presenciamos forma de trabalho familiar e as trocas de dias de trabalho, hoje, comum nos projetos. Tal como relatado pelos agricultores Antônio e Manoel trocando dias de trabalho. O primeiro trabalhou ajudando o seu parceiro no mês passado. Agora o Sr. Manoel, do lote 106, está retribuindo a ajuda do seu colega. Segundo informações dos agricultores desse projeto, a troca de dias de trabalho acontece por causa das seguintes situações:

- a) Eu troco dia com o meu parceiro, meu vizinho de lote, porque aqui em casa só trabalha no dendê eu e o meu filho (Entrevista 5).
- b) Eu troco dia com meu vizinho de lote porque não tenho condições de pagar o consórcio (Entrevistado, 6).
- c) Trocando dias de trabalho é melhor, porque você não tem gasto, porque você vai lá com o seu parceiro, por exemplo, hoje o trabalho é no lote dele e quando for tal dia é no meu lote e naquele dia ele vai te ajudar e você dá uma comida para ele (Entrevistado 7).

As relações pautadas nos laços de solidariedade, não são mediadas por relações monetárias, não há venda nem compra da força de trabalho, mas fica a obrigação moral de

retribuir os serviços prestados pelo parceiro que o auxiliou. Hoje as mulheres quase não desempenham funções nos lotes, de acordo com o que dizem os entrevistados. “Tem quatro anos que a minha mulher só é pra tá cozinhando, fazendo o comer pra dentro de casa, tá fazendo dois anos que ela não vai nem espiar no projeto” (Entrevistado 8). Outro afirma: “A minha mulher só vai ao lote só pra repartir o comer. O serviço é pesado, tem cacho que chega a pesar até 12 quilos, é muito pesado pra elas, pra gente já é pesado” (Entrevistado 9). A ONG Instituto Peabiru, em parceria com a Agropalma, realizou estudos nos municípios de Moju e Tailândia que mostrou que as mulheres pouco se envolviam ou gerenciavam as atividades produtivas do dendê².

Em dezembro de 2015 Grupo Agropalma pagava aos agricultores do dendê R\$ 258,80 por tonelada do fruto fresco produzido. Este valor e o do bônus estão condicionados à qualidade dos frutos fornecidos, posto que o produto passa pela triagem antes da fase de processamento. O preço pago no mês de setembro de 2016 foi de R\$ 302,00, o que na cotação média do dólar se transforma em US\$ 94,37 correspondendo a 6.57% do preço da tonelada do óleo de palmiste na cotação do mercado internacional (Roterdã), que foi de US\$1.436,00. **Os quadros 3 e 4** nos ajudam a entender quem ganha e quem pensa que ganha nos projetos agricultura familiar do dendê. Nas duas situações, seja exportando óleo de palmiste ou de palma, o percentual da entre o valor pago pela empresa ao produtor considerando a cotação da bolsa de Roterdã é menor, sobretudo porque ela compra em real o fruto fresco colhido, sem qualquer valor agregado, beneficia-o transformando e óleos e vende-os no mercado mundial em dólar.

Quadro 3 – Situação 1 - Relação entre preço da tonelada do óleo de palmiste e do fruto fresco colhido (CFF) -Ano 2016

Ano 2016	(A)Preço da ton/ Óleo de Palmiste (US\$) (1)	Preço da ton/ CFF (R\$) (2)	(B)Preço da ton/CFF (US\$) (3)	Relação percentual Entre A e B
Mar.	1.213,00	302,84	83,88	6,91%
Abr.	1.307,00	312,00	90,96	6,95%
Mai.	1.230,00	312,00	86,42	7,02%
Jun.	1.312,00	312,00	96,59	7,36%
Jul.	1.274,00	302,00	93,20	7,31%
Ago.	1.396,25	289,00	89,75	6,42%
Set.	1.436,00	302,00	94,37	6,57%

(1)-Fonte: World Bank. Disponível em: <http://www.indexmundi.com/pt/pre%E7os-de-mercado/?mercadoria=%C3%B3leo-de-palma>. Acessado. 21/10/2016

(2)-Preço pago pela AGROPALMA pela tonelada de frutos frescos colhidos. Disponível em: www.agropalma.com.br. Acessado. 21/10/2016.

(3)-No período de março a setembro de 2016 a cotação do dólar para compra oscila entre 3.61 a 3.20. Fonte: <http://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/dolar-comercial-estados-unidos/?historico>. Acessado. 21/10/2016.

² Fonte: <http://peabiru.org.br/2013/02/07/entrevista-monitoramento-de-indicadores-aponta-caminhos-para-a-agricultura-familiar-na-producao-de-oleo-de-palma/>. Último acesso em 12 de novembro de 2014.

Quadro 4 – Situação 2-Relação entre preço da tonelada do óleo de palma e do fruto fresco colhido (CFF) -Ano 2016

Ano 2016	(A) Preço da ton/Óleo de Palma (US\$) (1)	Preço da ton/CFF (R\$) (2)	(B)Preço da ton/CFF (US\$) (3)	Relação percentual Entre A e B
Mar.	633,07	302,84	83,88	13,24%
Abr.	680,38	312,00	90,96	13,36%
Mai.	644,56	312,00	86,42	13,40%
Jun.	618,45	312,00	96,59	15,61%
Jul.	584,19	302,00	93,20	15,95%
Ago.	664,38	289,00	89,75	13,50%
Set.	692,41	302,00	94,37	13,62%

(1)-Fonte: World Bank. Disponível em: <http://www.indexmundi.com/pt/pre%E7os-de-mercado/?mercadoria=%C3%B3leo-de-palma>. Acessado. 21/10/2016

(2)-Preço pago pela AGROPALMA pela tonelada de frutos frescos colhidos. Disponível em: www.agropalma.com.br. Acessado. 21/10/2016.

(3)-No período de março a setembro de 2016 a cotação do dólar para compra oscila entre 3.61 a 3.20. Fonte: <http://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/dolar-comercial-estados-unidos/?historico>. Acessado. 21/10/2016.

Os projetos aumentaram a renda dos agricultores integrados. O trabalho de campo mostrou-nos que antes da integração o agricultor obtinha rendimento médio inferior a um salário mínimo – que, em 2002, ano de implantação do Projeto I, era de R\$ 200,00 (duzentos reais). Na condição camponesa a renda mensal advinda da produção (farinha, feijão, arroz, milho, banana, jerimum, cupuaçu, cacau, dentre outros) era menor que R\$ 100,00 (cem reais). Menor ainda do que a recebida por ocasião da implantação do Projeto III, em 2005, quando o salário mínimo correspondia a R\$ 300,00 (trezentos reais). Essa renda era flexível, incerta e, frequentemente, menor que um salário mínimo na época.

No ano de 2011³, os agricultores do Projeto Arauaí I receberam pela venda de sua produção um total de R\$ 2.656.640,00, equivalente a renda anual de R\$ 53.132,80, ou seja, R\$ 4.427,73 por família (BASA, 2012). Monteiro (2013), em sua tese, constatou que a média salarial dos integrados do Grupo Agropalma situa-se entre R\$ 1.800,00 a R\$ 4.000,00⁴, na safra a partir do oitavo ano de produção. O estudo de Santos et al (2014) revelou que a cultura da palma de óleo é rentável economicamente e proporciona um rendimento líquido mensal médio (contribuição à renda familiar) de R\$ 2.663,61, equivalente a 3,93 salários mínimos. No entanto, os autores advertem que esta perspectiva só é válida, caso não ocorram mudanças nos custos de produção e de mercado.

Em pesquisa realizada em 2014 obtivemos dados sobre a renda líquida. O dende produz o ano todo. Os meses de setembro, outubro e novembro são considerados pelos agricultores como período de safra, enquanto os de dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto, de entressafra. A produção de cachos frutos frescos no período de safra variou de 60 a 70 toneladas para 23%; de 50 a 60 (t) para 23%; de 30 a 40

³ Em 2001 o salário mínimo era de R\$ 545,00.

⁴ Em 2013 o salário mínimo era de R\$ 678,00.

(t) para 41%; de 20 a 30 (t) para 9%; e de 10 a 20 (t) para 4%. No período de entressafra, a produção oscilou de 30 a 40 toneladas para 10%; 20 a 30 (t) para 10%; e 10 a 20 (t) para 24%. Se comparada com o período mais produtivo, a produção diminuiu em torno de 50%, visto que há agricultores produzindo, na safra, na faixa de 60 a 70 toneladas e, no período de entressafra, temos 10% produzindo no intervalo de 30 a 40 (t). A variação na produção e na renda ocorre por inúmeras razões, tais como: a contratação de mão de obra, amortizações de financiamentos, empréstimos, tamanho do plantio dentre outras.

Os dados da pesquisa indicam variação nos rendimentos líquidos entre 8 salários (R\$ 5.792,00) para 23% dos agricultores do dendê; 7 salários (R\$ 5.068,00) para 7%; 6 salários (R\$ 4.344,00) para 32%; 5 (R\$ 3.620,00), para 23%; 4 (R\$ 2.896,00), para 4%; 3 (R\$ 2.172,00), para 7%; 2 (1.448,00), para 4%; e nenhuma das famílias entrevistadas recebeu apenas um salário mínimo durante o período mais produtivo da palmeira. No período menos produtivo, a renda variou de 5 salários (R\$ 3.620,00) para 27%; 4 (R\$ 2.896,00), para 20%; 3 (R\$ 2.172,00), para 39%; 2 (R\$ 1.448,00), para 14% e nenhum dos entrevistados recebeu um salário mínimo durante este período, ou seja, R\$ 724,00.

Em relação às rendas complementares, os dados indicam que 68% dos entrevistados não possuem. Para 21% ela advém do programa Bolsa Família e para 9%, da aposentadoria, e para 2% de pagamento de pensões. Tais rendas somam-se aos recursos da venda da produção do roçado, tais como o milho, o arroz, o jerimum, o feijão, o açaí e aqueles gerados pelas atividades não agrícolas (pequenos comércios, oficinas, venda de cosméticos e lanches), que oscilam entre meio e um salário mínimo.

O aumento nos rendimentos possibilita às famílias integradas adquirir moto, televisor, carro, trator, geladeira, máquina de lavar, dentre outros bens que outrora não possuíam. Os entrevistados classificam como melhoria de vida a aquisição de bens, mas esta não se restringiu apenas aos aspectos materiais, como também aos aspectos da vida cotidiana, de modo que

Quando eu trabalhava com roça eu passava muita necessidade, meus filhos dormiam sem jantar, às vezes a mulher fazia um mingau, a gente passava muita necessidade e muita fome, quando cheguei aqui passei 6 meses dormindo no chão, hoje só moto comprei duas (Entrevista 10).

Estou satisfeito com o projeto, porque se eu tenho 40 anos e o meu corpo não demonstra que tenho cara de 40, é porque eu me conservei um pouco no trabalho depois do projeto, se eu estivesse na roça que nem o meu pai que se acabou trabalhando no cabo do machado, carregando mandioca no saco, na costa, no paneiro, [e trabalhando] no cabo do rodo na beira do forno. Nessa época eu levantava todo dia de madrugada, 3 horas da manhã, cheguei a levantar 2 horas da manhã para ir para o retiro e ficava até 4 horas da tarde. Isso acaba demais com a gente. Quando o projeto de dendê surgiu então a gente trabalhou menos e preservou mais o corpo (Entrevista 11).

Agricultores entrevistados relataram que as atividades de caça e pesca se tornaram secundárias, pois se especializaram na cultura do dendê. “As pessoas ainda pescam e caçam, mas pescam e caçam não por necessidade, não é como antigamente. (Entrevistado 12). “Eu ainda caço; pescar eu não pesco mais, mas ainda caço uma vez no mês” (Entrevistado 13). O Sr. Raimundo Miranda, morador do Arauaí, em conversa com o vizinho Sebastião Nascimento, o Seu Sabá, lembrando o tempo de caçadas com seu buldogue⁵ aposentado, nos fala que havia abundância de recursos: “como era espetacular a quantidade de bichos no igarapé [Arauaí] e suas vizinhanças” (Revista Globo Rural, 1998, p. 34).

Os dados coletados indicam que 97,7% dos entrevistados não praticam essas atividades; apenas um agricultor ainda faz a coleta da castanha do Pará para consumo familiar. Ainda extrai-se madeira na região do Alto Moju, mas os agricultores têm pouca floresta em suas áreas. A criação de animais de médio e pequeno porte também integra a vida na unidade familiar do dendê, como relata o entrevistado: “alguns anos atrás eu criava muita galinha, pra mais de 200, eu vendia aqui mesmo na vila, hoje tenho algumas pelo quintal” (Entrevistado 14).

Nas empresas da região, as mulheres desempenham tarefas no viveiro, na coleta de frutos soltos, as “carroceiras”, e em trabalhos administrativos. Mas nos lotes dos projetos apesar da pouca presença, da “invisibilidade” e das desvantagens físicas, muitas mulheres estão provando que podem exercer atividades consideradas masculinas. “Fico cansada no final da colheita, mas faço o mesmo serviço que meu marido faz, carreio, corto, podo, faço tudo” (Entrevistado 15). Hoje, muitos tratores que carreiam a produção são dirigidos por mulheres. Feito o corte e o carreamento, o produtor deverá, antes de depositar no basculante da empresa terceirizada, dizer ao fiscal de campo a quantidade de fruto fresco colhido (CFF) do dia.

Depositada a produção, começa o trabalho da empresa terceirizada responsável pelo transporte dos cachos até o local de pesagem na usina esmagadora da Agropalma. O preço da tonelada cobrada pela empresa é estabelecido pela quilometragem. Como os produtores do Projeto II estão mais longe da fábrica, pagam R\$ 23,00 pela tonelada, os do Projeto I, R\$ 22,00 e do projeto III, R\$ 20,00. Os frutos enviados para processamento são pesados e os produtores recebem pela média do peso da produção do dia, ou seja, como na caixa do basculante vão cachos de vários lotes, o produtor que por ventura tenha cachos pesando em média 10 kg e do seu vizinho pesando 8 kg, o primeiro sai perdendo e o segundo ganha porque a média do peso ficaria em 9 kg.

⁵Tipo de arma utilizada por caçadores que é posta engatilhada na mata e disparada pelo movimento da caça quando passa pelo mecanismo de acionamento.

Considerações finais

A adesão de sítiantes camponeses aos projetos de agricultura familiar de dendê desencadeou mudanças na sua condição espacial. Na condição camponesa as necessidades da família determinam o ritmo e intensidade do trabalho no roçado. Igualmente a família comanda e controla o processo produtivo. No lote do dendê, embora exista a presença do trabalho familiar, o comando e o controle da produção, bem como o ritmo do trabalho são determinados pela temporalidade do mercado mundial, que tem na empresa seu representante local. O agricultor integrado ao projeto não tem o uso do território, pois não decide sobre a natureza e a finalidade do trabalho, bem como da reprodução das relações de produção, não decide como e o quê plantar nas entrelinhas do dendê; tampouco pode escolher para quem vender sua produção e a que preço vender, porque estão “presos” pelas normas do contrato, do mercado e da empresa. Nessa condição, os agricultores apenas executam tarefas determinadas pela empresa, assemelhando-se a um trabalhador para o capital sem torná-lo um operário (Wanderley, 1985).

Os projetos de agricultura familiar do dendê manifestam o avanço da cultura com ritmo, finalidade e comando do trabalho dados pela comercialização do óleo de palma nos mercados de commodities. Tais projetos configuram-se como principais fontes de renda e reprodução das famílias, o que levou Nahum; Santos (2015) a sustentar que nos lugares em torno de onde se pratica a monocultura do dendê se reproduz um espaço rural sem camponês; mais que isso, os sítiantes camponeses ao se integrarem aos projetos de agricultura familiar acentuam processos de descampesinização, tornando-se agricultores do dendê.

Muda-se a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social dos sítios camponeses da comunidade do Arauaí e em torno. Esses lugares, tal como outros no município de Moju, eram marcados por sítios enquanto espaços da vida, unidade na diversidade de atividades e trabalho na rotina da roça, vivificada pela família ou mesmo pela solidariedade dos mutirões ritmados pelos ciclos naturais e neles os roçados de mandioca. Tendo por fundamento territorial a precariedade estrutural em que viviam os sítiantes camponeses, o projeto de dendê familiar configura-se como estratégia do Estado brasileiro para que a empresa da dendeicultura use o território, isto é, a área e a força de trabalho, sem que para isso tenha que adquirir terra e assalariar trabalhadores.

Ancorado num discurso de geração de emprego, renda e inclusão social, o projeto amplia a capacidade de consumo dos agricultores. O grande atrativo do projeto é que ele transforma o sítiante camponês em consumidor. Nesta situação emerge a enigmática figura do agricultor integrado à produção de dendê, que não é nem capitalista, pois que a lógica de

sua unidade produtiva não é a reprodução do capital, nem é assalariado, posto que não é força de trabalho contratada pela empresa, tampouco continua camponês, visto que se alterou a natureza do trabalho, e, por conseguinte a paisagem, a configuração espacial, a dinâmicas social, enfim o território usado ou espaço geográfico enquanto quadro da sua vida. Lembrando Chayanov podemos dizer que no lote de dendê o ritmo de trabalho não é definido pela equação trabalho versus necessidade. Longe disso, o calendário agrícola desenvolvido reduz o sitiante camponês à condição de produtor de fruto fresco colhido, matéria-prima sem qualquer valor agregado, atrativa tão somente pela voracidade do mercado de palma, pelas vantagens econômicas e técnicas oferecidas aos agricultores comparadas às demais culturas. Reedita-se um estilo de produção semelhante às cooperativas benéficas ao capital que proliferam na Amazônia.

Tudo começa com o interesse do mercado mundial por um “produto panacea” para a crise energética. Então empresas são estimuladas por políticas estatais a aproveitar economicamente a área produzindo dendê. A empresa compra individualmente áreas e/ou convida pessoas para aderir ao projeto. A notícia se espalha e toda comunidade passa a se interessar pelas vantagens comparativas do dendê, sobretudo quando ouvem representantes sindicais, vereadores, prefeitos, deputados e até o presidente Luís Inácio Lula da Silva, dentre outros tantos, repetirem que a integração da agricultura familiar à cadeia do dendê é a alternativa de desenvolvimento para o meio rural. A empresa beneficia os frutos frescos colhidos, transformando-os em óleos para indústria de cosméticos, alimentos, medicamentos, combustível dentre outros produtos que ganham o mercado mundial, com valor agregado infinitamente maior que o pago aos produtores. No entanto, o mercado mundial que vive de certificações, exige responsabilidade social e ambiental da empresa para com a comunidade e assim condena a prática de compra individual do dendê. Para não ficar sem sua matéria-prima, a empresa estimula os produtores a formarem cooperativa, instituição que congrega os produtores individuais, representando-os. Estes continuam a produzir e a cooperativa repassa a empresa. Essa subsunção formal do trabalho e do território ao capital se oculta no discurso de geração de emprego, renda e inclusão social.

Referências

ALVES, R. N. B.; CARDOSO, C.E.L. **Sistemas e custos de produção de mandioca desenvolvidos por pequenos agricultores familiares do município de Moju, Pa.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2008. 4 p. (Comunicado Técnico n. 210).

BASA. **A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar.** Revista Contexto Amazônico. Ano 5, n. 22.2012. Disponível em: <<http://bancoamazonia.com>>.

BELATO, Dinarte. **Os camponeses integrados.** Campinas: Unicamp, 1985.

BRITO, Marcelo. [Diretor Comercial e de sustentabilidade do Grupo Agropalma]. **Por quê o plantio de dendê não avança no Brasil?** Palestra proferida na Conferência Internacional BiodieselBr, São Paulo – SP, em 05 novembro de 2014. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/17RO/App_Plantio_17RO_Palma.pdf>. Acessado em novembro de 2015.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CHAYANOV, Alexandre V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: SILVA, José G; STOLKE, Verena (Orgs.). **A Questão Agrária.** Tradução Edgard Afonso Malagodi e outros. São Paulo: Brasiliense, 1981. P.133-163.

DIEESE; MDA. **Estatística do meio rural.** Brasília: NEAD. 2011.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina. Contemporaneidade do campesinato na Amazônia oriental. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Orgs). **No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará.** Belém: EDUFPA. 2002, pp.29-45.

HEREDIA, Beatriz M. Alásia de. **A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl. **Grundrisse.** Manuscritos econômicos de 1857-58; Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial. 2004

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: Fase. 1989.

MELLO, João Manoel Cardoso. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Editora Brasiliense. 1982.

MONTEIRO, Kátia Fernanda Garcez. **Análise de indicadores de sustentabilidade socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no Estado do Pará.** (Tese de Doutorado em Ciências Agrárias/Agroecossistemas da Amazônia – Universidade Federal Rural da Amazônia/Embrapa Amazônia Oriental, 2013).

MOTA, Dalva Maria da et al., Ocupação e desmatamento versus conservação e mudanças no uso de seus recursos naturais no Alto Moju. **Organizações Rurais & Agroindústrias**, v. 12, n.3, p. 333-343, 2010.

MÜLLER, Antônio A. **A cultura do dendê**. Belém: Embrapa: CPTU. 1980.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia paraense. In: **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p.309-331, V.11, n.15, jan-jun.2015.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios Deprimidos**. Desafios para as políticas de desenvolvimento rural. São Paulo: Alínea Editora; Goiânia; Edufu. 2008.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e historiografia no Brasil. Comentários sobre algumas obras notáveis. **BIB**, Rio de Janeiro. n. 35, 1.º semestre 1993, pp. 41-57.

PINTO, Genilson et al, **Avaliação do projeto de agricultura familiar com dendê para fabricação de Biodiesel – Moju/PA**. Belém: Universidade Federal do Pará. 2009, 38f. (Monografia de Especialização em Produção de Biodiesel).

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense. 1987.

REVISTA GLOBO RURAL. **Povo das Águas**. São Paulo, [set. 1998]. p. 30-34.

SANTOS, Jair Carvalho et al., Desempenho socioeconômico do sistema produtivo familiar de dendê em Moju, estado do Pará. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2014. 36 p (**Boletim de pesquisa e desenvolvimento**).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record. 2001

THOMPSON, E.P **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra da Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural. 2011.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de difusão de tecnologia**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 13-78, jan./abr., 1985.

WOORTMANN, Ellen. O sítio camponês. In: **Anuário Antropológico**. Departamento de Antropologia. Disponível em: http://www.dan.hospedagemdesites.ws/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1981/anuario81_ellenwoortmann.pdf pp.162-203

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília-DF: Ed. da UnB, 1997.

Recebido para publicação em 26 de outubro de 2016.

Devolvido para a revisão em 22 de maio de 2017.

Aceito para a publicação em 01 de junho de 2017.